



ISSN 1414-7866

Paraná Eleitoral
revista brasileira de direito
eleitoral e ciência política

tre-pr nusp/ufpr

v. 2 n. 1 2013

Candidatos e eleitos:

recrutamento e chances de sucesso nas eleições de 1998 e 2010

Rodrigo da Rosa Bordignon

Resumo

O presente trabalho tem como objeto o problema das relações entre determinados recursos de posição social e as chances de ingresso e de sucesso em eleições. Seu objetivo central é discutir algumas questões referentes aos efeitos da progressiva objetivação da concorrência eleitoral como modelo de conquista de cargos públicos e as relações disso com as chances de interação entre agentes sociais e essa esfera de atividades específica. Para tanto, são comparadas as eleições gerais de 1998 e 2010. Os dados são provenientes do Tribunal Superior Eleitoral e englobam um conjunto de 36.603 candidatos a cargos eletivos. A análise está centrada no exame das categorias ocupacionais de origem e titulação escolar dos candidatos e na relação dessas variáveis com as chances de participação e de sucesso eleitoral por eleição. A evidência mais significativa desse estudo é de que a objetivação da concorrência eleitoral como modo de conquista de posições de poder político e sua legitimação se revela pelo progressivo fechamento desse espaço de atuação, derivada da exigência de determinados recursos sociais como critérios de entrada e reprodução.

Palavras-chave: recursos sociais; recrutamento político; sucesso eleitoral; espaço eleitoral; eleições gerais de 1998 e 2010.

Abstract

This work aims at discussing the issue of relations between certain resources of social position and the chances of admission and success in elections. Its main objective is to discuss some questions regarding the effects of the progressive objectification of electoral competition as a model for achieving public jobs and its relations with the chances of interaction between social agents and this specific sphere of activities. Therefore, the general elections of 1998 and 2010 are compared. The data come from the Superior Electoral Court and they comprise 36,603 candidates to elective positions. The analysis is centered on the examination of candidates' original works and their level of education and on the relation between these variables and the chances of participation and electoral success in each election. The main evidence is that the objectification of electoral competition as a means for achieving political power and its

Sobre o autor:

Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Correo eletrônico: <rrbordignon@hotmail.com>.

legitimation reveals itself with the gradual closure of this performance space, derived from the demand of certain social assets as criteria for entrance and reproduction.

Keywords: social resources; political recruitment; electoral success; electoral space; general elections of 1998 and 2010.

Artigo recebido em 5 de abril de 2013; aceito para publicação em 30 de abril de 2013.

Introdução

Em democracias representativas, nas quais a concorrência pelos sufrágios é o fundamento da ocupação direta ou indireta de determinadas posições de poder político, as condições de inserção nessas “lutas pelos postos” e pela definição das “qualidades de todas as ordens para ocupar” um espaço na hierarquia dos postos tendem a indicar algo sobre as formas de competição, a gestão de símbolos políticos e os princípios de hierarquização e excelência social que estão na base dos mecanismos de seleção e legitimação frente ao espaço político (OFFERLÉ, 1996, p.4; 1999, p.35).

A constituição e a reprodução da “política” como um espaço de disputas entre “forças” e/ou “grupos” sociais pela produção, “oferta” e “mediação” de “bens políticos” se associa a conjunturas históricas e sociais particulares. Na base desse fenômeno está o surgimento do “empreendedor político” como agente dotado de um conjunto de recursos, “atributos” e “competências” específicas, que dependem das condições de garantia e legitimação do exercício dessa atividade e de sua objetivação como prática social legítima (GAXIE, 1996; PHÉLIPPEAU, 1997; WEBER, 1982; OFFERLÉ, 2006; DAMAMME, 1999, DÉLOYE, 1999). O processo histórico de objetivação da concorrência eleitoral como meio de acesso aos cargos e princípio de legitimação do regime implica a estruturação de um domínio específico de atividades especializadas (LAGROYE, 1993, p.33), o qual produz e reproduz as próprias representações de sua especificidade e dinâmica. Essas lutas pela imposição dos princípios de visão e divisão do mundo social se institucionalizam ao mesmo tempo que se realizam, e tendem a se objetivar em estruturas de relações e “organizações” permanentes que monopolizam e empresariam as lutas pelo poder político. Desse modo, a objetividade

de tais disputas se inscreve na prática das relações sociais e resulta em um distanciamento objetivo em termos de critérios de entrada e em uma objetivação das representações e princípios de hierarquização que são o fundamento de legitimidade para a ocupação de determinadas posições.

Entretanto, mesmo que esse espaço de atividades seja dotado de certa autonomia, “ele também expressa as lógicas que lhe são exteriores e que reproduzem as relações de força e dominação que estruturam o espaço social em seu conjunto” (LÉVÊQUE, 1996, p.173). Colocando de outro modo, um dos polos do “campo político”, particularmente aquele associado à representação política, é o lugar de confronto entre diferentes agentes pelo poder “de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos” (BOURDIEU, 2007^a, p.185). Em vista disso, é preciso levar a sério essa “tensão constitutiva do político” que define a dupla dimensão das atividades do empreendedor político: por um lado, a reivindicação de uma competência particular na realização de suas atividades; por outro, a pretensão de representatividade e a autoapresentação como porta-voz de “grupos sociais” (LAGROYE, 1993, p.131). Trata-se, portanto, de especificar as “condições de implicação do ator ou das atividades de empresário político e suas vinculações com as formas de dominação socialmente constituídas e prévias ao aparecimento desta atividade” (CORADINI, 1997, p.6).

Nesses termos, o problema específico ao qual se circunscreve o presente texto está centrado no exame das relações entre determinados recursos de posição social – categorias ocupacionais de origem e titulação escolar –, cargos em disputa e as chances de sucesso eleitoral nas eleições gerais de 1998 e 2010. Trata-se da exploração inicial de um conjunto de dados ainda em análise e sistematização, cujo objetivo central é discutir algumas questões referentes aos efeitos da progressiva objetivação da concorrência eleitoral como modelo de conquista de cargos políticos e as relações disso com as modalidades e chances de interação entre agentes sociais e essa esfera de atividades específica. Com base nisso, o objetivo mais geral refere-se à apreensão do conjunto de condicionantes sociais que estruturam as diferentes chances de ingresso na concorrência eleitoral e a relação disso com a estruturação do espaço político. As informações utilizadas são provenientes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e incluem um total de 36.603 candidatos a cargos

eletivos¹ em nível estadual e federal, dos quais 14.864 são das eleições gerais de 1998 e 21.749 das eleições de 2010. Nesse período, há um crescimento de 46% da concorrência eleitoral, sendo que o número de cargos permanece relativamente estável, o que tende a elevar os critérios de acesso a determinadas posições e reforçar os mecanismos de reprodução.

O problema mais geral das relações entre estrutura social e representação política remete às diferentes modalidades de análise dos efeitos de determinados condicionantes e de sua objetivação como critérios de entrada e reprodução de um universo social específico – particularmente do espaço de representação política. Uma das principais dificuldades para a apreensão dos condicionantes sociais das candidaturas refere-se às associações entre “profissão” de origem e mecanismos de recrutamento político. Na base dessas divergências, estão as distintas concepções epistemológicas e definições de ciências sociais que orientam o encaminhamento das pesquisas e a construção de objetos (CODATO e COSTA, 2012a, 2012b; PERISSINOTTO e VEIGA, 2012; PERISSINOTTO e BOLOGNESI, 2010; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; RODRIGUES, 2002, 2006; MARENCO DOS SANTOS, 1997; MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007; CORADINI, 2001, 2012; BORDIGNON, 2011a, 2011b, 2012). Embora associadas a um conjunto irreduzível de problemas teóricos, a principal diferença está no grau de autonomia pressuposto e/ou atribuído ao universo político e, particularmente, no fato de isso ser ou não tomado como problema a ser analisado. Um dos principais elementos associados a isso é o fato de as condições de produção de problemas e do desenvolvimento das pesquisas em ciências sociais variarem conforme as conjunturas históricas e sociais específicas de cada país, e dependerem do distanciamento com relação à problemática política dominante (LACROIX, 1985; SAWICKI, 1999).

Mesmo que não seja possível, dentro dos limites e objetivos do presente texto, esclarecer os diferentes marcos lógico-conceituais e bases epistemológicas que embasam os distintos modos de encaminhamento das análises, algumas indicações são importantes e necessárias. Isso porque a apreensão das variáveis, suas definições, as modalidades de tratamento de dados e os significados dos resultados se apresentam de formas bastante diferentes de acordo com o referencial que está na base da “construção” dos dados e da

formulação dos problemas e objetos de pesquisa. A demarcação dessas diferenças ajuda a esclarecer alguns mal-entendidos relativos ao uso de determinadas noções de análise que, embora com proximidades semânticas, remetem a concepções teóricas e princípios analíticos opostos.

Uma das abordagens está mais diretamente associada ao estrutural-funcionalismo, cujas bases remetem aos trabalhos de Parsons (1970; 1974). Para essa forma de encaminhamento de problemas e de análise, o que interessa é a especialização funcional derivada da diferenciação de papéis sociais, os quais são definidos a partir de sua finalidade. Como esse esquema se refere a uma concepção epistemológica realista, para a qual a definição formal corresponde a relações existentes e observáveis na realidade histórico-social (POPPER, 1974; GIDDENS, 1998), torna-se possível o uso das ciências sociais para fins práticos e sua vinculação a determinados princípios ontológicos subjacentes.

Isso ocorre porque “a política” é definida como “atividade seminal de organização e regulação de uma coletividade humana” (BAUDOIN, 1994, p.883). Com a progressiva diferenciação e a especialização das funções sociais, o sistema político e seus respectivos papéis ganham certa independência do todo social. Tendo em vista a concepção epistemológica que serve de base para esse esquema de análise, o status exterior do sistema político é pressuposto e, inclusive, fundamental na definição de sua função, qual seja, a de “formação e alocação do poder em uma sociedade” (PARSONS, 1970, p.11; EASTON, 1968, p.80). Portanto, a interdependência entre os elementos que concorrem para a realização da ordem política dependem da realização e do cumprimento de algumas atividades, dentre as quais a criação e a manutenção de organizações políticas destinadas a “realizar tarefas de alocação de recursos”, de “solução de problemas”, de “resolução de conflitos”; e a capacidade de “institucionalizar a representatividade” em toda sua diversidade (POLSBY, 2008, p.221). Desse modo, como o sistema político está associado à manutenção e à coordenação do “todo social”, o poder político é definido como a capacidade de exercer influência a partir de determinadas prerrogativas (BRAUD, 1985, p.373-76). As principais decorrências disso para a condução de análises com base nesse referencial é a particular atenção dada a processos de “equilíbrio”, “incorporação”, “comunicação”, “negociação” e

“complementaridade” do sistema político e, por consequência, do “todo social” (LAGROYE, 1993, p.138).

No que tange à abordagem do problema da “representação política”, considerando que essa é vista como decorrente de uma demanda social, ou seja, da expressão da sociedade na condição de “coletividade politicamente organizada” (PARSONS, 1970, p.12), dá-se particular importância aos processos eleitorais, à inclusividade do sistema e à representatividade das diversas camadas e grupos sociais. Com base nisso, os estudos de recrutamento político têm destacado uma suposta contradição existente entre o processo de “democratização”, o qual remete à “abertura de canais para a participação política e recrutamento legislativo”, e a “profissionalização” política, decorrente da especialização das tarefas de representação, cujo resultante é o progressivo fechamento desse espaço aos *outsiders* (COTTA e BEST, 2000, p.495).

Outro modo de se abordar esse problema está ancorado na sociologia da dominação, para a qual a principal referencia conceitual são os trabalhos de Bourdieu (1980; 1989; 2007b). Com relação a esse esquema analítico, o primeiro fator a ser destacado é que a autonomia das ciências sociais frente às demandas externas é vista como fundamental – e, inclusive, como princípio básico para o encaminhamento de problemas de pesquisa, a construção de objetos e a comunicação de seus resultados. De início, portanto, quaisquer adesões a premissas ontológicas e usos do conhecimento científico como forma de legitimação de tomadas de posição políticas e celebração de determinadas filosofias sociais estão descartadas. Essa concepção específica de separação entre conhecimento científico e juízos de valor tem seus fundamentos epistemológicos nos escritos de Bachelard (1968; 1977; 1990) e Weber (1998). Assim, o racionalismo aplicado é tomado como condição fundamental e exclusiva para a construção de problemas e encaminhamento de pesquisas nas ciências sociais. Contudo, no caso de Bourdieu (1994; 2004; 2008), trata-se de um “racionalismo radical”, o qual envolve uma reflexividade total, englobando o conjunto de condições sociais, institucionais e culturais de produção de objetos de pesquisa e de sua legitimação como tais. Inclusive, esse é um dos motivos pelos quais normalmente esse tipo de objetivação total tende a suscitar “inúmeras reticências”, objeções e “reações de defesa” (CARO, 1980, p.1171). Ocorre que, ao mesmo tempo, a não consideração dessas

premissas epistemológicas que fundamentam o sistema de relações lógicas entre os conceitos e o arsenal metodológico que os tornam operacionais faz que as tentativas de utilização desse esquema analítico sejam inoperantes (CORADINI, 1996, p 214).

O princípio básico para encaminhamento de análise é a concepção de que toda a relação social é uma relação de luta que engloba processos de seleção e diferenciação, os quais se objetivam em diferentes esferas ou campos de atuação. Resultado do processo histórico e social de estruturação dos diferentes estados e espécies de capital (particularmente econômico e cultural), o campo pressupõe a objetivação de um mecanismo de racionalidade instituído e a incorporação dos esquemas de percepção que orientam as modalidades de investimento, interesses e chances de acesso a esses espaços de relação (BOURDIEU, 1986, p.46-7). Como os processos de diferenciação nos países de capitalismo central tendem a se objetivar em domínios específicos, a multiplicidade de esferas ou campos configura um conjunto de mecanismos multidimensionais de dominação (WEBER, 2004, p.174; WEBER, 1982, p.377; BOURDIEU, 1989, p.373-427), de modo que fica excluída qualquer abordagem que não rompa com a oposição entre “objetivismo” e “perspectivismo” (BOURDIEU, 1980, p.77). Nesses termos, a análise deve tomar em conta tanto os condicionantes que estão na base da relação com determinadas esferas de atuação quanto as representações sociais, as categorias de classificação e a percepção que fundam os diferentes princípios de hierarquização social.

Tendo em vista os princípios epistemológicos e as modalidades de encaminhamento de análise, todos os fenômenos de estratificação e mecanismos de legitimação social são tomados como processos e estruturas de dominação, não havendo, portanto, algum que seja “melhor” ou mais “justo” em relação aos outros. Trata-se de apreender os efeitos práticos da objetivação de determinados domínios de atividades especializadas e os processos de competição entre agentes e grupos sociais pela imposição e/ou manutenção da dominação. Desse modo, o foco de análise recai sobre os princípios e propriedades associados aos modos e chances de interação com determinados universos sociais, tais como o da “cultura erudita”, o da “política” ou o “universitário”, interações que dependem das relações entre as diferentes estruturas e espécies de capitais objetivados e incorporados (BOURDIEU, 1989; BOURDIEU, 2007b; BOURDIEU e SAINT-MARTIN, 1987).

Com base nessas premissas, a análise da “representação política” deve tomar em conta o modo pelo qual os mecanismos de delegação do poder se realizam (BOURDIEU, 2007a, p.163). Nesse sentido, a concorrência eleitoral como modelo de conquista de cargos de poder político se configura como uma atividade que têm em si sua própria finalidade, qual seja, a conquista dos lucros por meio da conquista dos postos em concorrência. Trata-se de examinar, portanto, as condições de participação na concorrência pelos cargos eleitoralmente em disputa e a relação disso com as estruturas de poder e dominação socialmente objetivadas. Nessa perspectiva, a análise e a apreensão do poder político – enquanto luta pela manipulação e imposição de princípios de classificação social – está fundada em um conjunto de injunções sociais que se caracterizam pela possibilidade de “extrair do modo de produção de bens simbólicos uma legitimidade mínima”, e do modo de produção econômico os recursos objetivos, “sem os quais ele não existiria, não se reproduziria, nem se imporá a um conjunto social” (BRAUD, 1985, p.372).

Embora em termos gerais, a vantagem na definição desses marcos conceituais e formas de abordagem do problema das relações entre estrutura social e espaço político é que isso permite a prevenção contra mal-entendidos e a indicação, sob bases claras, das discussões aqui empreendidas em suas relações com determinados princípios analíticos – e, conseqüentemente, o afastamento de outros. Além disso, umas das expectativas associadas ao fato de expor essas diferenças é que isso sirva de ponto de partida para discussões e problematizações posteriores.

Recursos de posição social, cargos em disputa e partidos

A principal dificuldade na apreensão dos condicionantes sociais que separam os “agentes politicamente ativos” dos “agentes politicamente passivos” e dos efeitos disso na estruturação desse espaço está na ambivalência que as categorias ocupacionais podem assumir com relação à concorrência eleitoral. Isso ocorre porque, como modos de apresentação e autodefinição de uma posição, as modalidades de usos das condições sociais de origem frente à disputa eleitoral podem indicar tanto a adesão quanto a negação de determinadas referências sociais. Ou seja, por um lado, englobam determinadas representações sociais que são o fundamento dos princípios de

legitimação de determinadas “competências” e “atributos” frente ao espaço eleitoral; por outro, não podem ser consideradas sem as condições objetivas de usos de seu portador (OFFERLÉ, 1999, p.20-8; BOLTANSKI e BOURDIEU, 2007; CORADINI, 2006). Além disso, o ingresso na “política” pressupõe uma ruptura com a “profissão” de origem e, muitas vezes, sua negação. Isso ocorre porque a ambivalência da tarefa de representação frente à esfera política implica um processo de negação da contingência profissional e na posterior reconstrução dessa relação com base em outras lógicas de atuação, notadamente fundadas na “liderança”, cujo princípio remete à conquista do reconhecimento e à adesão de apoios (CORADINI, 2001).

De tal modo, como as classificações ocupacionais são parte das lutas específicas pelo reconhecimento e pela adesão de apoios, não podem ser desconsideradas as lógicas e razões da produção e a divulgação dos registros oficiais (MERLLIÉ, 1983, 1996; ZARCA, 1993). Trata-se, portanto, de levar em conta os significados sociais que determinadas “categorias”, recursos e/ou competências possuem em contextos históricos e sociais específicos, identificando a rentabilidade desses “atributos” frente às lutas pela conquista e pela adesão de apoios. De modo mais geral, as categorias ocupacionais indicadas nas fichas de candidaturas remetem a esquemas práticos de classificação social, os quais apontam para determinados princípios de hierarquização e de excelência presentes na concorrência pelos cargos de poder político.

Em termos gerais, os problemas para o tratamento das informações relativas às categorias ocupacionais de origem dos candidatos remetem a duas questões: 1) a heterogeneidade das classificações indicadas nos registros do TSE;² 2) os diferentes sistemas de classificação oficial que estão na base da definição das ocupações. No que tange ao primeiro ponto, como recurso de análise, o conjunto das ocupações foi padronizado em dezessete agrupamentos ou categorias ocupacionais.³ As bases para tais procedimentos foram as mesmas utilizadas em trabalhos posteriores (BORDIGNON, 2011a, 2011b). Com relação aos diferentes sistemas de classificação aos quais remetem as informações constantes nos bancos de dados disponibilizados pelo TSE.⁴ Isso se deve à modificação do Código Brasileiro de Ocupações⁵ ocorrida em 2002, tomada como base para a classificação das ocupações dos candidatos. Além disso, como no horizonte da pesquisa mais ampla está prevista a utilização dos dados

dos Censos de 2000 e 2010 para a comparação entre a estrutura do espaço de concorrência eleitoral e a estrutura do espaço social, a modificação no sistema de classificações complexifica a construção de agrupamentos para esse conjunto de dados provenientes de diferentes fontes e produzidos com base em determinadas lógicas e razões de ser. No entanto, para a exposição que se pretende aqui, isso não chega a constituir um problema, principalmente porque a exploração comparativa entre os dados do TSE e do IBGE estão fora do escopo deste texto. Cabe salientar também que as modificações no sistema de classificação oficial teriam maiores efeitos para a pesquisa e a exposição dos resultados caso se optasse por trabalhar com determinadas categorias desagregadas. O motivo é que algumas ocupações simplesmente somem ou são incorporadas a outras, exigindo a análise detalhada do conjunto dos mecanismos de classificação e dos efeitos desses para a pesquisa e para a análise que se pretende fazer.

Outro ponto que cabe ser destacado refere-se aos partidos políticos em disputa nas eleições em pauta. De um total de 35, foram mantidos doze, e os demais foram agrupados com base em caracterizações correntes acerca da proximidade ou afastamento de determinados partidos ao longo do eixo direita-esquerda (CARREIRÃO, 2006). Essa opção se associa, também, às intenções de não exclusão de informações do conjunto do universo. Os partidos políticos mantidos foram aqueles que constituíam mais de 3% do universo dos candidatos em análise. Os demais partidos foram agrupados em três categorias: Outros partidos de direita (PGT, PL, PRONA, PRP, PSD, PSL, PTN, PR, PRB); Outros partidos de esquerda (PCB, PCO, PSTU, PSOL, PC do B); Outros partidos indefinidos (PRN, PRTB, PSDC, PSN, PST, PT do B, PHS, PTC).

Uma visão geral sobre os dados indica que os agrupamentos e categorias ocupacionais de origem mais significativos no conjunto da população analisada são aqueles de funcionários, técnicos e trabalhadores em geral, servidores públicos em geral, advogados, ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão e dos outros ou em ocupações mal definidas, os quais somam mais de 55% do conjunto da população em análise (Tabela 1). Entretanto, esse tipo de observação mais impressionista pode incorrer em equívocos e conclusões diretamente associadas ao atendimento de expectativas sociais e políticas (OFFERLÉ, 1999). Isso porque falta colocar essas indicações em

relação com a estrutura do espaço social, o que permite indicar os princípios de hierarquização que estão na base das diferentes chances de participação eleitoral na condição de candidato. Colocando de outro modo, trata-se de tomar o distanciamento objetivo do espaço de concorrência eleitoral como domínio de atividades especializadas como um problema a ser analisado (GAXIE, 1983, p.442-3).

Embora as informações referentes ao conjunto do espaço social ainda estejam em sistematização, algumas indicações mais gerais podem ser tiradas de um trabalho realizado anteriormente sobre o Rio Grande do Sul (BORDIGNON, 2011a, p.31). De modo geral, é possível indicar três tipos de fenômenos implicados na estrutura geral do recrutamento político em relação ao conjunto do espaço social. Em primeiro lugar, as categorias ocupacionais com maior índice de representação (GAXIE, 1980 p.5) no conjunto do espaço de concorrência eleitoral são aquelas que indicam posições sociais mais elevadas, tais como as de médicos, engenheiros, advogados e professores universitários. Em segundo lugar, a ocupação prévia de atividades nas burocracias públicas ou o exercício de uma função de representação política tem peso significativo nas chances de ingresso na concorrência eleitoral (CORADINI, 2012). Por último, a grande quantidade de candidatos com ocupações entre os outros ou em ocupações mal definidas aponta para um processo de omissão e/ou manipulação das classificações ocupacionais de origem com vistas à legitimação ou à negação de determinadas atividades diante das finalidades práticas de produção dos registros oficiais. Uma indicação disso é que, para as informações analisadas no presente texto, os candidatos com ocupações não informadas representam 2,4% do conjunto do universo, e aqueles classificados como outros totalizam 15%.

Em termos comparativos, as transformações no recrutamento de candidatos entre 1998 e 2010 indicam, por um lado, um aumento dos empresários, ocupantes de cargos públicos eletivos ou por comissão e professores de ensino fundamental e ensino médio; por outro, ocorre um decréscimo dos comerciantes, médicos, engenheiros, advogados e professores universitários. Tais modificações morfológicas podem ser resultantes tanto de transformações ocorridas nos esquemas práticos e representações sociais acerca da legitimidade de determinadas categorias frente ao espaço eleitoral quanto da objetivação de critérios de entrada e reprodução decorrente da progressiva especialização desse espaço de atividades.

Tabela I. Categorias ocupacionais de origem e eleições comparadas

	Ano eleitoral		Total
	1998	2010	
Administradores, diretores e gerentes	2,1%	3,4%	2,9%
Agricultores, pecuarista etc.	1,9%	1,6%	1,7%
Comerciante	7,6%	5,6%	6,4%
Empresário	3,3%	9%	6,7%
Servidores públicos em geral (todos os níveis, inclusive aposentados)	8,7%	8,3%	8,4%
Funcionários, técnicos e trabalhadores em geral	11,6%	12,8%	12,3%
Médicos	5,7%	2,9%	4%
Engenheiros	3%	1,4%	2,1%
Advogados	9,6%	6%	7,5%
Ocupante de cargo público eletivo e por comissão (todos os níveis)	5,2%	9,1%	7,5%
Outros ou em ocupações mal definidas	21,1%	19,9%	20,4%
Outros profissionais com titulação universitária (exceto médicos, advogados e engenheiros)	5,4%	5,3%	5,3%
Professores de ensino fundamental e ensino médio	2,3%	4,6%	3,7%
Militares em geral	3,7%	4%	3,9%
Professores universitários	3,9%	1,5%	2,4%
Comunicadores de rádio e TV, atletas, religiosos	3%	3%	3%
Estudantes	2%	1,5%	1,7%
Total	100%	100%	100%
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).			

No que se refere à titulação escolar dos candidatos, os que possuem ensino médio completo, ensino superior incompleto e ensino superior completo compreendem quase a totalidade da população analisada, somando mais de 80% do conjunto do universo (Tabela 2). Em termos gerais, isso indica o significado da titulação escolar para as chances de ingresso na concorrência eleitoral. A comparação entre as duas eleições aponta para baixas modificações na estrutura geral do recrutamento, sendo que a diferença mais significativa está na redução dos candidatos que apenas leem e escrevem e o aumento daqueles com ensino médio completo quando se vai das eleições de 1998 para as de 2010. Como destacado em outro estudo, os efeitos da titulação escolar para a divisão do trabalho político especificam diferenciações internas às categorias ocupacionais e agrupamentos, colocando em evidência as relações entre diferentes estruturas e espécies de capital e a participação política na condição de candidato (BORDIGNON, 2011b, p.74-6).

Tabela 2. Titulação escolar e eleições comparadas

	Ano eleitoral		Total
	1998	2010	
Lê e escreve	2,2%	0,6%	1,3%
Ensino fundamental incompleto	5%	3,5%	4,1%
Ensino fundamental completo	5,3%	7,6%	6,7%
Ensino médio incompleto	6,6%	3,5%	4,7%
Ensino médio completo	20,6%	27,6%	24,8%
Superior incompleto	11,4%	10,8%	11%
Superior completo	48,9%	46,4%	47,4%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O espaço de representação política apresenta uma “imagem invertida” da estrutura social, configurando uma sobrerrepresentação das “camadas mais altas” e uma sub-representação das “mais baixas” (GAXIE, 1980). Essa constatação indica os mecanismos de seleção política e o conjunto de condições de possibilidade de reconversão de determinada forma de legitimidade social em legitimidade frente ao espaço de concorrência pelos cargos de representação. Nesse sentido, os critérios de entrada no espaço de concorrência eleitoral se retraduzem para a estrutura do espaço político e especificam as relações entre determinadas hierarquias sociais, cargos em disputa e partidos. As possibilidades de realização e investimentos em carreira política dependem dos recursos sociais ostentados pelos agentes em disputa e da relação desses com o conjunto de relações concorrenciais que configuram a estrutura do espaço político. Essa homologia relativa entre as “lutas sociais” e as “lutas políticas” se deve à própria ambivalência da atividade de representação, a qual pressupõe tanto a manipulação de determinados códigos e símbolos de referência com vistas à conquista e à adesão de apoios quanto a posse objetiva dos recursos sociais que legitimem a condição de representante (AGRIKOLIANSKY, 1994). Com base nisso, cabe explorar as relações entre determinadas estruturas sociais, as bases de recrutamento político por partidos e as associações entre hierarquia de cargos e hierarquia social.

No que tange às relações entre recursos de posição social e recrutamento partidário, as indicações apontam para mecanismos multifacetados, os quais, em geral, tendem a se especificar por relações entre determinadas frações, categorias e recursos sociais específicos

(dentre os quais, o montante de patrimônio declarado é fundamental), configurando a estrutura político-partidária. Nesse sentido, a segmentaridade das relações entre bases sociais e partidos políticos ultrapassa a amplitude das classificações ocupacionais e se especifica por meio da estrutura diferencial de recursos que configuram a composição das posições sociais (BORDIGNON, 2012). Como, por ora, não se está trabalhando com o indicador de patrimônio declarado, as exposições estarão mais centradas nas indicações das categorias ocupacionais de origem dos candidatos e nas relações dessas com determinados partidos. Mesmo que isso torne a descrição um tanto geral, deixando de lado determinadas especificidades que estruturam as relações entre partidos políticos e segmentos sociais, ainda assim deixa relativamente explícita a multiplicidade de bases sociais que definem a concorrência partidário-eleitoral.

Em termos gerais, com maior associação com as categorias ocupacionais que indicam posições sociais mais elevadas, particularmente as de médicos, engenheiros e advogados, estão o PFL/DEM, PMDB, PPB/PP e o PSDB. No extremo oposto, situam-se o PT e os outros partidos de esquerda, mais diretamente relacionados às categorias e agrupamentos que indicam posições mais baixas na estrutura social, principalmente as de funcionários, técnicos e trabalhadores em geral, professores de ensino fundamental e do ensino médio e estudantes. Tomando as posições mais extremas nesse eixo, no polo socialmente dominante encontram-se o PMDB e o PPB/PP, para os quais há uma associação mais direta com os empresários (8,2% e 9,1% contra 6,7% do conjunto do universo, respectivamente), com os médicos (6,1% e 5,9% contra 4% do conjunto do universo, respectivamente), com os engenheiros (5,7% e 4,4% contra 2,1% do conjunto do universo, respectivamente) e com os advogados (11,1% e 9,8% contra 7,5% do conjunto do universo, respectivamente). No extremo do polo socialmente dominado encontram-se os outros partidos de esquerda, com relação mais significativa com os funcionários, técnicos e trabalhadores em geral (16,7% contra 12,3% do conjunto do universo, respectivamente), com os professores de ensino fundamental e do ensino médio (8% contra 3,7% do conjunto do universo, respectivamente) e com os estudantes (3,3% contra 1,7% do conjunto do universo, respectivamente).

As modificações na estrutura geral de recrutamento político indicadas anteriormente se expressam, também, nas diferentes bases

sociais que compõem os partidos em concorrência pelos cargos eleitoralmente em disputa. Tendo isso em vista, as explorações iniciais podem ser sintetizadas tomando alguns casos específicos. Em 1998, a categoria ocupacional de empresário é significativa apenas para o PMDB (5,2% contra 3,3% do conjunto do universo) e para o PPB/PP (5,5% contra 3,3% do conjunto do universo). Em 2010, passa a compor as bases de recrutamento do PFL/DEM (11,9% contra 9% do conjunto do universo), do PMN (11,2% contra 9% do conjunto do universo), do PPB/PP (13,6% contra 9% do conjunto do universo), do PSC (12,2% contra 9% do conjunto do universo), do PSDB (11,2% contra 9% do conjunto do universo), do PV (10,9% contra 9% do conjunto do universo), dos outros partidos de direita (9,9% contra 9% do conjunto do universo) e dos outros partidos indefinidos (10,3% contra 9% do conjunto do universo). Assim, ao mesmo tempo que há uma redução significativa do número de empresários no PMDB, há uma pulverização dessa categoria para um conjunto de outros partidos.

O mesmo ocorre com o agrupamento dos ocupantes de cargos públicos eletivos ou por comissão. No ano de 1998, este compunha, com maior significância, as bases do PFL/DEM (7,2% contra 5,2% do conjunto do universo), do PMDB (7,6% contra 5,2% do conjunto do universo), do PPB/PP (7,7% contra 5,2% do conjunto do universo), do PSDB (9,7% contra 5,2% do conjunto do universo) e do PT (9,7% contra 5,2% do conjunto do universo). Em 2010 ocorrem dois processos distintos: 1) um aumento significativo do conjunto de candidatos cuja ocupação de origem remete aos ocupantes de cargos públicos eletivos ou por comissão; 2) a significância dessa classificação ocupacional para outros partidos, particularmente para o PDT e para o PSB. De modo mais específico, no ano de 2010 há uma relação significativa entre os ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão e o PDT (11% contra 9,1% do conjunto do universo), o PFL/DEM (21,8% contra 9,1% do conjunto do universo), o PMDB (19,6% contra 9,1% do conjunto do universo), o PPB/PP (15,1% contra 9,1% do conjunto do universo), o PSB (11,2% contra 9,1% do conjunto do universo), o PSDB (17,8% contra 9,1% do conjunto do universo) e o PT (17,8% contra 9,1% do conjunto do universo).

No que concerne às associações entre partidos e titulação escolar dos candidatos, de modo geral há uma hierarquização entre aqueles

partidos tidos como “maiores” ou de mais expressão no cenário político e aqueles “menores”. Contudo, essas considerações mais gerais obscurecem um conjunto de associações entre categorias ocupacionais, titulação escolar e partidos, as quais especificam uma série de divisões e segmentações nos processos de recrutamento político (BORDIGNON, 2011a, p.45). Colocando de modo mais específico, a exploração inicial indica uma associação mais significativa entre o PMN, o PSC, o PTB, os outros partidos de direita e os outros partidos indefinidos e a titulação escolar de ensino médio completo (e as mais baixas que essa). No extremo oposto desse polo, encontram-se os partidos com relação mais direta com o ensino superior incompleto e com o ensino superior completo, dentre os quais o PDT, o PFL/DEM, o PMDB, o PPB/PP, o PSB, o PPS, o PSDB e o PT. Como não ocorrem modificações significativas quanto à estrutura do recrutamento eleitoral relativamente à titulação escolar dos candidatos do período analisado, também não são expressivas as transformações internas aos partidos entre 1998 e 2010.

Essas relações entre estrutura do espaço social e estruturação do espaço político se expressam, também, por meio da hierarquização dos cargos. A associação entre determinados agrupamentos e categorias ocupacionais e os níveis de disputa informa algo relativo à hierarquização das posições de poder político e sua relação com a estrutura de posições sociais. Tais indicações remetem a determinados padrões de investimento na “política” e possíveis estruturas de deslocamentos verticais e horizontais ao longo dos trajetos e das “carreiras”. Ou seja, a dedicação militante e as expectativas de retribuição não podem ser apreendidas sem a consideração das relações entre modalidades e níveis de inserção política e posições na hierarquia social (GAXIE, 1977, 2005).

As principais oposições que compõem a relação entre hierarquia social e hierarquia dos cargos definem, em um polo, os cargos mais elevados – governador, vice-governador, senador e deputado federal –, os agrupamentos e categorias ocupacionais que indicam posições sociais mais altas, e a titulação escolar de ensino superior completo. No outro extremo desse eixo, encontram-se os candidatos a deputado estadual, para os quais ocorre uma associação mais direta com os agrupamentos e categorias ocupacionais que indicam posições sociais mais baixas e níveis menores de titulação escolar.

Em termos mais específicos, para o cargo de governador, há uma associação mais evidente com os engenheiros (7,3% contra 2,1% do conjunto do universo), com os ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão (20,2% contra 7,5% do conjunto do universo) e com os professores universitários (5,8% contra 2,4% do conjunto do universo). No que se refere aos cargos de senador e vice-governador, ocorre uma proximidade em termos de bases sociais de recrutamento. Os agrupamentos e categorias ocupacionais mais significativas para esses cargos são os advogados (12,8% e 12,3% contra 7,5% do conjunto do universo, respectivamente), os ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão (17,1% e 12,6% contra 7,5% do conjunto do universo, respectivamente) e os professores universitários (6,1% e 4,4% contra 2,4% do conjunto do universo, respectivamente). No caso dos deputados federais, há uma maior heterogeneidade de classificações ocupacionais. As mais significativas são as de empresário (7,7% contra 6,7% do conjunto do universo), de engenheiro (2,4% contra 2,1% do conjunto do universo), de advogado (8,8% contra 7,5% do conjunto do universo), de ocupante de cargo público eletivo ou por comissão (8,9% contra 7,5% do conjunto do universo) e dos outros profissionais com titulação universitária (5,8% contra 5,3% do conjunto do universo). Para esse polo socialmente mais elevado, em termos de titulação escolar, a única associação significativa para o conjunto dos cargos é com o ensino superior completo.

Em oposição a esse polo hierarquicamente mais elevado em termos de cargos e recursos sociais, encontram-se os candidatos a deputado estadual. Para estes, ocorre uma associação com agrupamentos e categorias ocupacionais que indicam posições sociais mais baixas. As principais são as de comerciante (7,2% contra 6,4% do conjunto do universo), funcionários, técnicos e trabalhadores em geral (13% contra 12,3% do conjunto do universo) e de outros ou em ocupações mal definidas (21,2% contra 20,4% do conjunto do universo). Com relação à titulação escolar, há associações mais significativas com o ensino fundamental incompleto (4,6% contra 4,1% do conjunto do universo), com o ensino fundamental completo (7,2% contra 6,7% do conjunto do universo), com o ensino médio incompleto (5,2% contra 4,7% do conjunto do universo) e com o ensino médio completo (26,9% contra 24,8% do conjunto do universo).

Tabela 3. Ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão e eleições comparadas

	Cargos em disputa				
	Deputado estadual	Deputado federal	Governador	Senador	Vice-governador
1998	4,5%	7,0%	13,6%	8,8%	7,3%
2010	8,3%	10,1%	25,6%	22,9%	16,8%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nessas relações entre determinados recursos de posição social e cargos em disputa, é possível visualizar algumas modificações à medida que se vai das eleições de 1998 para as de 2010. A principal delas aponta para a elevação da importância do agrupamento dos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão para o conjunto dos cargos em disputa (Tabela 3). Em termos gerais, a hipótese para isso é que a progressiva objetivação da atividade de empreendedor político e sua legitimação enquanto tal está associada às diferentes estratégias e aos mecanismos reprodução dos quais esses agentes lançam mão para a manutenção ou ampliação de suas posições. Tendo em vista que a concorrência eleitoral constitui o modo legítimo de conquista de cargos de poder político, aqueles que dominam essas posições têm as condições de impor as definições legítimas e “critérios”, “atributos” e “competências” mais valorizadas para o acesso a elas. Além disso, as lutas pelo monopólio do “capital político” (BOURDIEU, 2005, p.31) pesam a favor daqueles que o detém e que tendem a investir na reprodução e ou na ampliação desse recurso de poder. Nesse sentido, trata-se de examinar as relações entre determinados recursos sociais e as condições de reprodução das posições de poder político. Tendo em vista que essas dependem da legitimação eleitoral, a análise recai sobre os efeitos dos mecanismos de seleção política para o sucesso eleitoral.

Recursos sociais e sucesso eleitoral

Como destacado anteriormente, a ocupação prévia de cargos de mediação e gestão de recursos nas burocracias públicas, de assessoria parlamentar, ou o exercício de uma função de representação política tem peso significativo nas chances de ingresso na concorrência eleitoral. Ao mesmo tempo, a posse dessa espécie de “carisma de função”⁶ tem efeitos diretos nas chances de eleição, as quais são diretamente

proporcionais à hierarquia dos cargos (CORADINI, 2012, p.109). Mais especificamente, na medida em que a ocupação prévia de cargos eletivos ou por comissão se constitui como um “atributo” operante nas lutas eleitorais, apontando para determinadas “competências” e capacidades/possibilidades de mobilização de recursos operantes nas disputas pelos cargos, essa condição se objetiva como um dos critérios de entrada e reprodução das posições de poder político.

Em termos bastante gerais, a comparação entre os recursos sociais dos candidatos eleitos nas eleições de 1998 e 2010 apontam para dois fenômenos distintos: 1) as modificações significativas com relação às ocupações de origem dos candidatos; 2) tendência à valorização de níveis mais elevados de escolarização à medida que se avança na ocorrência de pleitos eleitorais. No caso da titulação escolar, as transformações ocorridas nesse período, embora pouco significativas, apontam para uma tendência: trata-se do crescimento dos candidatos eleitos que possuem ensino superior completo. Colocando em termos numéricos, se em 1998 havia 68,99% do total de eleitos com ensino superior completo, em 2010 essa proporção passa para 73% do conjunto dos candidatos eleitos. As transformações que ocorrem nos demais níveis de escolarização não representam variações significativas, indicando, de modo bastante geral, uma redução gradual daqueles que apenas leem e escrevem e daqueles com ensino fundamental incompleto. Nesse aspecto, as modificações no recrutamento parlamentar sinalizam para uma tendência à sobrevalorização dos títulos escolares mais elevados e à redução daqueles com menor escolarização no contingente de eleitos, o que tende a favorecer a objetivação do ensino superior completo como um recurso operante nesse espaço de atividades.

No caso das ocupações de origem dos candidatos eleitos, o conjunto de transformações é significativamente maior e indica a sobrevalorização do “carisma de função” derivado da ocupação prévia de funções públicas. As explorações iniciais indicam que, entre as eleições de 1998 e 2010, ocorre a redução do contingente de comerciantes (de 5,8% para 1,3%), médicos (de 10,1% para 4,1%), engenheiros (de 5,2% para 2,8%), advogados (de 12,3% para 5,9%) e de “outros” ou “em ocupações mal definidas” (de 14,4% para 7,2%). Em contraposição a esse processo, há um aumento da proporção de empresários (de 3,9% para 7%) e de ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão (de 18,7% para 50,3%). As

indicações mais gerais contidas nessas relações entre determinado recurso social – notadamente a condição ocupacional de origem – e os candidatos que obtiveram êxito nos pleitos eleitorais apontam para a progressiva objetivação de determinados recursos como operantes nas estratégias de reprodução das posições, fenômeno que tem efeitos diretos nas chances de entrada e de realização de carreira política.

Tabela 4. Recursos sociais e sucesso eleitoral em eleições comparadas

			Resultados	
			Não eleito	Eleito
1998	Titulação escolar	Lê e escreve	95,2%	4,8%
		Ensino fundamental incompleto	95,6%	4,4%
		Ensino fundamental completo	95,9%	4,1%
		Ensino médio incompleto	95,0%	5,0%
		Ensino médio completo	92,5%	7,5%
		Superior incompleto	91,8%	8,2%
		Superior completo	84,8%	15,2%
Total			89,2%	10,8%
2010	Titulação escolar	Lê e escreve	97,7%	2,3%
		Ensino fundamental incompleto	98,6%	1,4%
		Ensino fundamental completo	96,8%	3,2%
		Ensino médio incompleto	97,9%	2,1%
		Ensino médio completo	96,8%	3,2%
		Superior incompleto	93,4%	6,6%
		Superior completo	88,5%	11,5%
Total			92,7%	7,3%

Tabela 4. Recursos sociais e sucesso eleitoral em eleições comparadas

		Resultados		
		Não eleito	Eleito	
1998	Agrupamentos e categorias ocupacionais	Administradores, diretores e gerentes	88,0%	12,0%
		Agricultores, pecuaristas etc.	84,9%	15,1%
		Comerciantes	91,7%	8,3%
		Empresários	87,1%	12,9%
		Servidores públicos em geral (todos os níveis, inclusive aposentados)	94,2%	5,8%
		Funcionários, técnicos, trabalhadores do comércio, indústria e serviços em geral	96,5%	3,5%
		Médicos	80,8%	19,2%
		Engenheiros	81,4%	18,6%
		Advogados	86,2%	13,8%
		Ocupante de cargo público eletivo e por comissão (todos os níveis)	61,0%	39,0%
		Outros ou em ocupações mal definidas	92,6%	7,4%
		Outros profissionais com titulação universitária (exclusive médicos, advogados e engenheiros)	86,2%	13,8%
		Professor de ensino fundamental e médio	95,0%	5,0%
		Militares em geral	95,6%	4,4%
		Professor universitário	93,2%	6,8%
		Comunicadores de rádio e TV, atletas, religiosos	87,8%	12,2%
estudantes	95,0%	5,0%		
Total		89,2%	10,8%	

Tabela 4. Recursos sociais e sucesso eleitoral em eleições comparadas

		Resultados		
		Não eleito	Eleito	
2010	Agrupamentos e categorias ocupacionais	Administradores, diretores e gerentes	95,8%	4,2%
		Agricultores, pecuarista etc.	88,1%	11,9%
		Comerciante	98,4%	1,6%
		Empresário	94,3%	5,7%
		Servidores públicos em geral (todos os níveis, inclusive aposentados)	97,2%	2,8%
		Funcionários, técnicos, trabalhadores do comércio, indústria e serviços em geral	98,6%	1,4%
		Médicos	89,7%	10,3%
		Engenheiros	85,9%	14,1%
		Advogados	92,8%	7,2%
		Ocupante de cargo público eletivo e por comissão (todos os níveis)	59,6%	40,4%
		Outros ou em ocupações mal definidas	97,3%	2,7%
		Outros profissionais com titulação universitária (exclusive médicos, advogados e engenheiros)	93,2%	6,8%
		Professor de ensino fundamental e médio	97,8%	2,2%
		Militares em geral	98,5%	1,5%
		Professor universitário	94,4%	5,6%
Comunicadores de rádio e TV, Atletas, Religiosos	94,6%	5,4%		
Estudantes	96,4%	3,6%		
Total		92,7%	7,3%	
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)				

Nesse sentido, os efeitos da transformação das bases de recrutamento dos parlamentares têm relação direta com as diferentes chances de sucesso eleitoral nas eleições em pauta (Tabela 4). Observando as relações entre titulação escolar e chances de sucesso eleitoral, percebe-se que, embora haja um relativo aumento da proporção de

eleitos com ensino médio completo e ensino superior incompleto, quando se vai das eleições de 1998 para as de 2010, estas ainda não representam variações significativas para as chances de sucesso eleitoral. Ou seja, o único nível de escolarização que tem efeitos significativos nas possibilidades de eleição é o ensino superior completo.

Por outro lado, no que tange às relações entre categorias ocupacionais de origem dos candidatos e chances de sucesso eleitoral, ocorrem uma série de processos ao serem tomados comparativamente os pleitos eleitorais de 1998 e 2010. Isso pode ser observado principalmente pela ampliação e/ou redução das chances eleitorais desigualmente distribuídas de acordo com determinadas categorias ocupacionais. Nas eleições de 1998, os candidatos cujas ocupações se circunscreviam aos agricultores, pecuaristas etc., aos médicos, aos engenheiros, aos advogados, aos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão e aos outros profissionais com titulação universitária apresentavam chances significativas de sucesso eleitoral. Nas eleições de 2010, ocorre uma série de modificações: 1) a redução das chances eleitorais dos médicos e engenheiros; 2) as classificações ocupacionais de advogado e de outros profissionais com titulação universitária passam a não ter mais efeitos nas possibilidades de eleição; 3) aqueles candidatos cujas ocupações de origem remetem aos agricultores, pecuaristas etc. e aos ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão têm suas chances elevadas.

Considerações finais

O presente texto partiu da exploração inicial de alguns dados ainda em análise e sistematização. O objeto central de análise estava centrado nas relações entre determinados recursos de posição social – categorias ocupacionais de origem e titulação escolar – partidos, cargos em disputa e chances de sucesso eleitoral. As indicações mais gerais seguem em direção a outras pesquisas realizadas anteriormente, particularmente sobre o Rio Grande do Sul, o que permite certo grau de generalização das tendências mais amplas de recrutamento políticos e chances de sucesso eleitoral. Ao mesmo tempo, isso também instiga a explicação das particularidades regionais e da relação entre recrutamento político e contextos históricos e sociais concretos.

Além disso, as relações estabelecidas entre indicadores de posição social, recrutamento político e chances de sucesso eleitoral apontam

para alguns processos que merecem explorações futuras. Entre estes, está o aumento significativo do peso dos candidatos que já ocuparam posições prévias de mediação entre “estado” e “sociedade”. A importância desse recurso mostra-se muito significativa, tanto em sua relação com as chances de candidatura distribuídas por cargos quando nas possibilidades de sucesso eleitoral. No entanto, essas indicações estatísticas devem ser especificadas com outras técnicas de análise e com a apreensão fina de alguns casos exemplares que sirvam de referência para a identificação de padrões dos modos de acionamento e significados que determinados recursos ganham em contextos de concorrência específicos.

A hipótese diretamente associada a processo de fechamento social do espaço de representação política refere-se ao efeito progressivo da objetivação da concorrência eleitoral como modo de conquista das posições de poder político e de sua legitimação. Nesse sentido, os processos de recrutamento estão associados ao conjunto de estruturas que os tornam possíveis e necessários ao funcionamento da política instituída, ou seja, as disposições e os recursos exigidos são fruto dos próprios processos de imposição de condições de acesso a determinadas posições e dos mecanismos de reprodução do poder.

Notas

1. Deputado Estadual; Deputado Federal; Senador; Governador; Vice-governador.
2. São 131 ocupações diferentes em 1998 e 238 em 2010.
3. Os agrupamentos ocupacionais são os seguintes: Administradores, Diretores e Gerentes; Agricultores, Pecuáristas, etc.; Comerciantes, Empresários, Servidores Públicos em Geral (todos os níveis, inclusive aposentados); Funcionários, Técnicos e Trabalhadores em geral; Médicos; Engenheiros; Advogados; Ocupantes de cargo público eletivo ou por comissão (todos os níveis); Outros ou em ocupações mal definidas; Outros profissionais com titulação universitária (exceto médicos, advogados e engenheiros); Professores de Ensino Fundamental e Médio; Militares em geral, Professores Universitários, Comunicadores de rádio e TV, Atletas, Religiosos; Estudantes.
4. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 15 ago. 2013.
5. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2013.
6. Sobre o efeito do “carisma de função” nas disputas eleitorais, ver Coradini (2012). Para a definição, ver Bourdieu (1989, p.131-2) e Weber (2004a, p.163).

Referências

- AGRIKOLIANSKY, É. Biographies d'institution et mise en scène de l'intellectuel. Les candidats au comité central de la LDH. *Politix. Revue des sciences sociales du politique*, n.27, 1994, p.94-110.
- BACHELARD, G. *O materialismo racional*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- _____. *O racionalismo aplicado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- _____. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- BAUDOIN, J. Sociologie critique et réthorique de la déploration. *Revue française de science politique*, 1994, v. 44, n. 5, p. 881-93.
- BEST, H.; COTTA, M. Elite Transformation and Modes of Representation since the Mid-Nineteenth Century: Some Theoretical Considerations; Between Professionalization and Democratization: A Synoptic view on the making of the European Representative. In: _____. (eds.) *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000: Lesgislative recruitment and careers in eleven European countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p.1-26 e 493-526.
- BEST, H.; GAXIE, D. Detours to Modernity: long-term trends of parliamentary recruitment in republican France 1848-1999. In: Best, H.; Cotta, M. (eds.). *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000: Lesgislative recruitment and careers in eleven European countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p.88-137.
- BORDIGNON, R. R. *Recursos sociais e modalidades de entrada na política: Recrutamento e seleção de elites políticas no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGCP/UFRGS. Porto Alegre, 2011a.
- _____. Recursos sociais e seleção política: chances de ingresso em disputas eleitorais no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 2011b, v. 2, n.1, p.62-79.
- _____. Recursos de posição social, partidos e modalidades de entrada na concorrência eleitoral. In: *Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS*, 2012.
- BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- _____. The forms of capital. In; R. J. (ed.). *Handbook of Theory for the Sociology of Education*. Nova York: Greenwood, 1986.
- _____. *La Noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- _____. *Lições de aula: Aula inaugural proferida no Collège de France em 23 de abril de 1982*. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. *Propos sur le champ politique*. Paris: Presses Universitaires de Lyon, 2000.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, São Paulo: Papius, 2005.
- _____. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.
- _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007b.
- _____. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2008.
- BOURDIEU, P.; SAINT-MARTIN, M. Agrégation et Ségrégation. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1987, n. 69, p.02-50.

- BOLTANSKY, L.; BOURDIEU, P. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: CATANI, A. NOGUEIRA, M. A. (orgs.). *Escritos de Educação*: Pierre Bourdieu. Petrópolis, RJ: VOZES, 2007, p.127-44.
- BRAUD, P. Du Pouvoir em général au pouvoir politique. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (dir.). *Traité de Science Politique: L'ordre politique*. V. 1, Paris: Presses Universitaires de France, 1985.
- CARO, J.-Y. (1980). La Sociologie de Pierre Bourdieu : éléments pour une théorie du champ politique. *Revue française de science politique*, 1980, v.30, n. 6, p.1171-97.
- CARREIRÃO, Y. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, 2006, v.12, n. 1, p.136-63.
- CODATO, A. COSTA, L. D. (2012a). *Profissionalização ou popularização da classe política brasileira?* Um perfil dos senadores da República. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/wp-observatory-n.2-2012_Costa_e_Codato1.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2013.
- _____. (2012b). *Competição e profissionalização política*: eleições para deputado federal no Brasil em 2010. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/wp-observatory-n.6-2012_Costa_e_Codato.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2013.
- CORADINI, O. L. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. *Veritas*, 1996, v.14, n.162, p.207-20.
- _____. Processos e resultados eleitorais: Um exemplo e um comentário sobre as bases das controvérsias em sua interpretação. *Cadernos de Ciência Política*, 1997, Porto Alegre, n.5.
- _____. *Em nome de quem?* Recursos sociais e Recrutamento de Elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- _____. Representação profissional e elites políticas no Brasil no período recente. *Política & Sociedade*, 2006, v.5, n.9, p.123-61.
- _____. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 2007, n.28, p.181-203.
- _____. Categorias Sócio-Profissionais, Titulação Escolar e Disputas Eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*, 2012, v.20, n.41, p.109-22.
- DAMMAME, D. Professionnel de la politique, un métier peu avouable. In: OFFERLÉ, M. (eds.). *La Profession Politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: Éditions Belin, p.37-68, 1999.
- DÉLOYE, Yves. Se présenter pour représenter. Enquête sur les professions de foi électorales de 1848. In: OFFERLÉ, M. (eds.). *La Profession Politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: Éditions Belin, 1999, p.231-54.
- DULONG, D. Quand l'économie devient politique. La conversion de la compétence économique en compétence politique sous la Ve République. *Politix. Revue des sciences sociales du politique*, 1996, v.9, n.35 p.109-30.
- EASTON, D. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- GAXIE, D. Économie des partis politique et redistribution du militantisme. *Revue française de science politique*, 1977, v.27, n.1, p. 123-154.
- _____. Les logiques du recrutement politique. *Revue française de science politique*, 1980, v.30, n.1, p.5-45

- _____. Les facteurs sociaux de la carrière gouvernementale sous la Cinquième République de 1959 à 1981. *Revue française de sociologie*, 1983, v.24, n.3, p.441-65.
- _____. Le cens caché. *Réseaux. Communication – Technologie – Société*, 1987, v.5, n.22, p. 29-51.
- _____. *La démocratie représentative*. Paris: Montchrestien, 1996.
- _____. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. *Swiss Political Science Review*, 2005, 11 (1), p.157-88.
- GIDDENS, A. (1998). Política, sociologia e teoria social. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- LACROIX, B. Ordre Politique et ordre social: objetivisme, objetivation et analyse politique. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (dir.). *Traité de Science Politique: L'ordre politique*. v.1, Paris: Presses Universitaires de France, 1985.
- LAGROYE, J. *Sociologie Politique*. Paris: Presse de Sciences Po Dalloz, 1993.
- LÉVÊQUE, S. (1996). L'entrée en politique. Bibliographie sur les conditions sociales de la professionnalisation et de la «réussite» politique en France. *Politix. Revue des sciences sociales du politique*, 1996, v.9, n.35, p. 171-87.
- MEMMI, D. (1985). L'engagement politique. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (dir.). *Traité de Science Politique: L'ordre politique*. v.3, Paris: Presses Universitaires de France, 1985.
- MERLLIÉ, D. A construção estatística. In: CHAMPAGNE, P. et al. *Iniciação à prática sociológica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- _____. Une nomenclature et sa mise en oeuvre. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1983, v.50, p.03-47.
- MARENCO DOS SANTOS, A. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no congresso nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1997, 33.
- MARENCO DOS SANTOS, A. SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de ciências sociais*, 2007, v.22, n.64.
- OFFERLÉ, M. (1996). Entrées en politique (Présentation). *Politix. Revue des sciences sociales du politique*, 1996, v.9, n.35, p.3-5.
- _____. Professions et profession politique. In:_____. (eds.). *La Profession Politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: Éditions Belin, 1999, p.7-35.
- _____. *Les partis politiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.
- PARSONS, T. Poder, partido e sistema. In. AMORIM, M. S. *Sociologia política, II*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- _____. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- PERISSINOTTO, R. BOLOGNESI, B. (2010). Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review*, 2010, 4 (1), p.10-32.
- PERISSINOTTO, R. VEIGA, L. (2012). *Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para deputado federal em 2010*. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/wp-observatory-n.5-2012_Veiga_e_Perissinotto.pdf>. Acesso em 16 ago. 2013.

- PERISSINOTTO, R. MIRÍADE, A. (2009). Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 2009, v.52, n.2, p.301-33.
- PHÉLIPPEAU, É. Sociogenèse de la profession politique. In: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. *Norbert Elias: la politique et l'histoire*. Paris: La Découverte, 1997.
- POLSBY, N. W. A institucionalização da Câmara dos Deputados nos Estados Unidos. *Revista de Sociologia e Política*, 2008, v. 16, n.30, p. 221-51.
- POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados*. São Paulo, Edusp, 2002.
- _____. (2009). *Mudanças na classe política brasileira*. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/RODRIGUES-Leoncio-M.-Mudancas-na-classe-politica-brasileira.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2013.
- SAWICKI, F. Classer les homes politiques. Les usages des indicateurs de position sociale por la comprehension de la professionalization politique. In: OFFERLÉ, M. (eds.). 1999. *La Profession Politique: XIXe-XXe siècles*. Paris, Éditions Belin, 1999.
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- _____. *Ensayos sobre metodología sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998.
- _____. *Economia e sociedade*. v.1. Brasília: Editora da UnB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004a.
- _____. *Economia e sociedade*. v.2. Brasília: Editora da UnB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004b.
- WILLEMEZ, L. La République des avocats. 1848: le mythe, le modèle et son endossement. In: OFFERLÉ, M. (eds.). *La Profession Politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: Éditions Belin, 1999.
- ZARCA, B. (1993). Les patrons dans la statistique officielle française. *Politix: Revue des sciences sociales du politique*, 1993, 23, p.44-65.